

A ordem liberal está morta! Viva a ordem liberal! Quando a contradição exibe o seu poder

The liberal order is dead! Long live the liberal order! When contradiction displays its power
¡El orden liberal ha muerto! ¡Viva el orden liberal! Cuando la contradicción muestra su poder

Claudio Gurgel¹ , Agatha Justen¹ 

¹ Universidade Federal Fluminense - Brasil.

*Autor de correspondência: claudiogurgel@id.uff.br

RESUMO

Este artigo examina o desenvolvimento histórico até o presente da ordem liberal, internacionalmente constituída, e avalia seu eventual declínio. Tem por objetivo expor a contradição existente em relação ao referido declínio, como a sua importância para o futuro da administração política que se empenha na defesa da democracia, da paz e do desenvolvimento econômico-social. Para isso recorre à publicações sobre política e economia internacionais. Sua conclusão é de que há uma luta em torno da ordem liberal e sua governança global e, nesse momento, a preservação dessa ordem é necessária ao projeto da emancipação humana.

ABSTRACT

This paper examines the historical development to the present of the internationally constituted liberal order and assesses its eventual decline. Its aim is to expose the existing contradiction regarding this decline, as well as its importance for the future of political administration committed to defending democracy, peace, and socio-economic development. To this end, it draws on literature on international politics and economics. Its conclusion is that there is a struggle surrounding the liberal order and its global governance, and that, at this moment, the preservation of this order is necessary for the project of human emancipation.

RESUMEN

Este artículo examina el desarrollo histórico hasta la actualidad del orden liberal internacionalmente constituido y evalúa su eventual declive. Su objetivo es exponer la contradicción existente en torno a este declive, así como su importancia para el futuro de la administración política comprometida con la defensa de la democracia, la paz y el desarrollo socioeconómico. Para ello, se basa en publicaciones sobre política y economía internacionales. Su conclusión es que existe una lucha en torno al orden liberal y su gobernanza global, y que, en este momento, la preservación de este orden es necesaria para el proyecto de emancipación humana.

PALAVRAS-CHAVE:

Governança global
Luta de classes
Coexistência pacífica
China

KEYWORDS:

Global Governance
China
Class struggle
Peaceful coexistence

PALABRAS-CLAVE:

Gobernanza global
China
Lucha de clases
Convivencia pacífica

SUBMETIDO: 29 de abril de 2026 | **ACEITO:** 25 de junho de 2025 | **PUBLICADO:** 30 de junho de 2026

© Revista Brasileira de Administração Política, 2026. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Introdução

Estaremos aqui tratando da ordem liberal estabelecida, que, diante das movimentações internacionais mais recentes, justifica a presente chamada da

REBAP, sob título de A administração política e o declínio da ordem liberal. O que se reúne, no plano global, em termos de acordos, agentes, planos e ações é bem o que constitui o conteúdo da administração política. Nas palavras dos seus fundadores, a “administração política envolve tanto o processo decisório do “que fazer”, quanto o relativo ao “como fazer” [...] aí reside a gestão das relações, essência da administração política (SANTOS; RIBEIRO; SILVA, 2009, p. 935).

Já o declínio da ordem liberal parece um tratamento até moderado para o que vem acontecendo enquanto guerras regionais reiterativas e cada vez mais destrutivas, além do desacato a acordos e regras pactuadas. Principalmente diante das ações erráticas, porém de uma só direção - disruptivas e ameaçadoras - do presidente dos Estados Unidos.

Aquilo que de modo bem razoável chamamos de ordem liberal materializa-se no que contemporaneamente identificamos como *governança global*. Obviamente, essa governança global expressa, de sua parte, aquilo que no interior dos Estados nacionais prepondera, ditado pelo modo de produção capitalista, igualmente preponderante.

Isto é algo que faz lembrar o *fetice da mercadoria*, referido por Marx, quando a relação entre homens que produzem aparece no mercado como relação entre mercadorias. Também, aqui, nessa ordem global, verifica-se esse fenômeno, não só com as mercadorias, mas também com os Estados nacionais. Eles parecem ser os personagens principais dessa ordem, mas os verdadeiros protagonistas são os grupos econômicos que, via representações governamentais, e hoje diretamente, expressam seus interesses nos fóruns internacionais.

Por isso, a governança global são acordos entre Estados nacionais operados por agentes públicos e privados em cenário relativamente pacífico no trato de interesses econômicos e políticos, em ambiente de dominância capitalista. Oficialmente, a Comissão de Governança Global, criada pela ONU em 1993, define a Governança Global a partir do conceito de governança, de domínio da administração e da administração política: “Governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns” (Comissão sobre Governança Global, 1996, p. 2). Mais adiante, na mesma página: “Governança

diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições". Finalmente, de modo mais diretamente relacionado com o nosso ponto:

No plano global, a governança foi vista primeiramente como um conjunto de relações intergovernamentais, mas agora deve ser entendida de forma mais ampla, envolvendo organizações não-governamentais, (ONG), movimentos civis, empresas multinacionais e mercados de capitais globais. Com estes interagem os meios de comunicação de massa, que exercem hoje enorme influência (Comissão sobre Governança Global, 1996, p. 2).

Essa constituição pode seguramente ser entendida como a estrutura que expressa o que temos globalmente como ordem liberal – em que a própria ONU admite a operação das “empresas multinacionais e mercados de capitais globais”, no teatro da diplomacia.

Sua construção pode ser considerada a partir de muitos pontos históricos. Para efeito de nossa discussão, essa ordem que conhecemos tem início com a Liga das Nações, a tentativa aparentemente pacifista de Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos no período da primeira Guerra, entre 1913 e 1921.

A Liga das Nações ou Sociedade das Nações, sua designação formal, foi um primeiro movimento, que correspondia a emergência de um novo ator global, os Estados Unidos. Sua aparição, em 1920, se deu no ambiente criado pelo tratado de Versalhes, quando o imperialismo estadunidense já estava em movimento. Lembremos que uma grande movimentação de capitais EUA-Alemanha ocorreu nos três anos finais da guerra, 1917-1919. A partir de então, no espírito de reconstrução, coroado com o Plano Dawes (1924), o fluxo de capitais públicos cedeu espaço ao capital privado, por ocasião da República de Weimar (1919-1933), promovendo-se a ocupação econômica da Alemanha, no contexto do Tratado de Versalhes. Podemos considerar este o primeiro sinal do verdadeiro sentido da governança global. Em outras palavras, o sentido do imperialismo.

Conforme Lênin (2011), referenciado em Hobson (1983), Hilferding (1985) e Bukharin (1984), o imperialismo guarda cinco características mais marcantes, dentre elas a exportação de capital. A visão que nos oferece o U.S. Bureau of Census, quando traz a movimentação de capitais, nos anos pós-primeira guerra, não deixa dúvidas. Passados os anos dos empréstimos de guerra, essencialmente

públicos, sugeridos por Keynes, em seu conhecido “As consequências econômicas da paz” (KEYNES, 2002), os EUA passaram por um período de minguadas transferências públicas entre 2021 e 2024, para desembocar, de 2024 a 2029, em volumoso movimento de capitais privados em direção à Europa. Na Figura 1, abaixo, pode-se ver que entre esses anos, tidos como anos de ouro da República de Weimar, saíram dos EUA 1.007 bilhão de dólares em direção à economia alemã, basicamente.

Figura 1 - Movimentos líquidos de capitais: Estados Unidos, 1917-1938 (- = saída, + = ingresso: médias dos intervalos em \$ milhões)

Intervalos	Capitais norte-americanos			Capitais estrangeiros
	Oficiais	Privados	Total	
1917-19	-3337,3	-386,6	-3723,7	97,7
1920-24	-6,0	-607,6	-613,6	143,8
1925-30	42,1	-1007,0	-964,9	353,0
1931-3	2,9	335,5	338,4	79,5

Fonte: U.S. BUREAU OF CENSUS. 1960. Historical Statistics of the United States. Colonial times to 1957. Washington D.C., Government Printing Office.

A história da ordem liberal – a que voltaremos adiante – ou, como a tratamos aqui, da governança global, vem confirmar esse caráter original.

A luta de classes nacional e internacional, que expressa as contradições do próprio modo capitalista de produção – um modo de produção em que a riqueza é criada socialmente e a(ex)propriada individualmente – não deu trégua. A resistência dos países ao avanço dos Estados Unidos, cada vez mais se impondo no espaço da ordem liberal, foi se apresentando, tanto naqueles que se aproximavam da União Soviética, quanto nos outros cujas burguesias hegemônicas não se associavam aos EUA e se sentiam ameaçadas pelos poderosos monopólios estadunidenses.

De modo que a ordem liberal, que se pretende pacifista, ela própria, vai violar seguidamente sua proposição. A despeito de inspirar e promover a

Sociedade das Nações, cujo objetivo, como já informado, era evitar que conflitos armados se verificassem e os problemas dos povos encontrassem soluções negociadas, foram os próprios estadunidenses que se encarregaram de romper essa proposição. A propósito, a contradição se inicia no próprio fato de a Sociedade ter sido um projeto do presidente Wilson, mas ser rejeitada pelo Congresso dos Estados Unidos. Era como se, dialeticamente, os EUA dissessem ao mundo o que se precisaria ouvir, mas o seu Estado Nacional afirmasse não poder cumprir.

De fato, após a criação da Sociedade das Nações, em 1920, e até a ampliação da segunda guerra mundial, nos anos 1940, os Estados Unidos invadiram inúmeros países no hemisfério e fora dele: da República Dominicana e Haiti, ocupados militarmente, em 1924 e 1934, respectivamente, até El Salvador, em 1932, passando por Cuba, Guatemala, Honduras e Panamá, em anos posteriores a 1920. Sem falar de operações na União Soviética, quando os EUA, em 1922, estavam entre os 11 principais países agressores do novo regime, na China, em 1927, por ocasião da revolta nacionalista, e na Turquia, em 1922 (GALEANO, 1983; DOMINGUEZ, 2020).

A ordem liberal parecia nascer morta. Mas ela se refaz em dois momentos significativos: 1944, quando dos episódios finais da segunda grande guerra (1939-1945), e em 1991, na oportunidade da queda do regime soviético. Renasce, com as mesmas motivações, explícitas e implícitas, para trilhar um caminho em muito semelhante aquele que se segue após a criação da Sociedade das Nações e que acabamos de descrever.

No particular do seu segundo renascimento, pós-1991, destacam-se as proposições que correspondem a uma administração política progressista para uma nova aurora dos povos, seja com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2002, seja com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015. Em paralelo, a mesma história de intervenções militares, invasões e golpes de Estado.

Este artigo expõe essas trajetórias, demonstrando a impossibilidade da governança global viver normalmente o seu curso declarado e cumprir seu objetivo anunciado - daí estar morta. Mas aqui também se pretende expor, principalmente, as razões pelas quais essa governança, que torna real a ordem

liberal, precisa viver, para que as aspirações de paz e prosperidade dos povos continue no horizonte.

Para este trabalho, recorreremos à literatura histórica, política e econômica e a alguns documentos publicados por instituições internacionais. Nossa referência metodológica é o materialismo histórico dialético, seguindo a trajetória de pesquisa como Marx a propõe:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (MARX, 2019, p. 28).

Toda essa investigação tem como referência o fato de que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” (MARX, 2008, p. 47).

As ideias são precedidas da materialidade, e esta materialidade se expressa no pensamento como um *todo*, contraditório e em permanente movimento, à semelhança da própria realidade

Na concepção de Marx, como na de Hegel, a Dialética compreende o que hoje se chama de teoria do conhecimento ou gnoseologia, que deve igualmente considerar seu objeto do ponto de vista histórico, estudando e generalizando a origem e o desenvolvimento do conhecimento (LENIN, 1979, p.20).

2. Oportunismos históricos e sua insustentabilidade

2.1 A ordem liberal e a governança global

Os Estados Unidos saíram da segunda Grande Guerra como um dos vencedores, ainda que o protagonismo da URSS, no desfecho da luta, não os deixassem absolutos, no cenário do pós-guerra.

As condições ditadas pela Conferência de Bretton Woods, realizada ainda com a segunda guerra em movimento, em julho de 1944, foram especialmente extraordinárias.¹ Reunidos na pequena localidade da cidade de New Hampshire, nos próprios Estados Unidos, centenas de delegados de 44 países, validaram decisões cruciais para o pós-segunda guerra, as quais posicionaram os EUA como potência hegemônica. Depois de uma peleja política e teórica entre Keynes e Dexter White, porta-voz do Tesouro dos

¹ A guerra ainda teria um longo percurso. Lembremos que Hitler sai de cena, com o suicídio, em final de abril de 1945, e, mais de um ano depois, em agosto de 1945, os EUA lançaram duas bombas atômicas no Japão.

EUA, o dólar saiu como moeda central do sistema financeiro internacional. Adicionalmente, foram criados o Fundo Monetário Internacional, FMI, com maioria de cotas dos EUA, e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, mais tarde conhecido como o Banco Mundial, instituição em que os EUA eram o maior acionista. Quatro anos depois, em 1948, os EUA lançaram o Plano Marshall, também destinado a reconstruir, com capitais estadunidenses, os países afetados pela guerra. Todo esse aparelho econômico constituiu um privilégio tão grande que o New York Times, em sua edição de 6 de janeiro de 1948, apreciando a nova proposta, no contexto criado pelo conjunto da obra de Bretton Woods, comentou: "Difícilmente poderíamos ir mais longe sem nos apoderarmos dos governos dos dezesseis países beneficiários".

De fato, os analistas que vieram depois confirmam a percepção do New York Times:

as duas únicas instituições internacionais de fato criadas sob os Acordos de Bretton Woods de 1944, o Banco Mundial ('Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento') e o FMI, ambos ainda existentes, tornaram-se de fato subordinadas à política americana", comentou Hobsbawn, em 1995 (HOBSBAWN, 1995, 269).

Observação que Harvey (1994, p. 131) compartilha, em outros termos:

O Acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo, em troca de uma abertura de mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações.

Assim, as principais iniciativas que emergiram no cenário econômico mundial, logo após a segunda grande guerra, estavam sob influência decisiva dos Estados Unidos. Complementarmente, no plano da política internacional, seria criada, em 1945, a Organização das Nações Unidas, a ONU. Tratava-se de um sucedâneo da Sociedade das Nações, com uma expressão muito maior em todos os sentidos. Nascia com 50 países membros, quase o dobro da organização anterior e o *handicap* de contar com os Estados Unidos assinando sua carta, o que não aconteceu com a Liga (ONU NEWS, 2019).

A ONU, desde sua fundação, tem os EUA como o maior contribuinte financeiro, com algo em torno de 20% do orçamento do órgão, em 2024. O país continua o principal cotista do FMI e igualmente maior acionista do Banco de Reconstrução, o Banco Mundial.

Subsidiariamente, diferente da Sociedade das Nações, cuja sede foi em Genebra, na Suíça, a ONU sediou-se em Nova Iorque. Aparentemente, um aspecto irrelevante, dado que o espaço da ONU se considerava internacional, a verdade é que além do simbólico, há potencialidades reais nessa situação. Observe-se que recentemente, em sua última Assembleia, houve o impedimento pelo governo dos EUA da presença da representação palestina e a própria delegação brasileira também sofreu restrições nos seus vistos de entrada (CNN BRASIL, 2025; AGÊNCIA BRASIL, 2025)

Construiu-se e organizou-se, deste modo, um aparelho superestatal de grandes proporções, sob a liderança dos EUA, e com ele se verificou a fantástica acumulação de riqueza daquela nação. Dispondo de meios e mercados para exportar mercadorias e capital, submeter fontes de recursos materiais, explorar o crédito internacional e conter todas as ameaças ao seu poder, os EUA projetaram o que se poderia definir como a primeira governança global sob seu comando.

É ainda nesse contexto, em 1947, que os EUA, então sob o governo Truman, se apresentam como *defensores do mundo livre*, o que significa, concretamente, a hostilização do comunismo e tudo que se assemelhasse a ele. e o lançamento da guerra fria – conflito mais ou menos *pacífico* entre as duas potências mundiais, EUA e URSS.

Configurou-se uma situação em que os EUA supunham dispor de recursos políticos e diplomáticos para poupar-se dos custos de guerra e alcançar seus objetivos econômicos e políticos, barrando o desenvolvimento global da URSS e ampliando a ocupação econômica de suas empresas multinacionais.

Isso durou até o final dos anos 1950, quando, em 1º de janeiro de 1959, no espaço que considerava o *seu quintal*, desde o presidente James Monroe, em 1823, surgiu uma república rebelde, alinhada à URSS, a República de Cuba.

Ao longo dos anos, várias demonstrações de inconformismo foram se acrescentando nos Estados nacionais das américas, acompanhadas das revoluções anticoloniais da África e da Ásia, constituindo-se um amplo espectro de países não alinhados aos Estados Unidos e alguns alinhados à URSS. A hegemonia teve que ser substituída pela dominação, quando os Estados Unidos passaram a operar fora dos limites da governança que eles mesmos

estabeleceram, em sucessivas invasões, guerras de movimento e de posição (GALEANO, 1983; DOMINGUEZ, 2020). O Plano Marshall tinha se encerrado, o FMI e o Banco Mundial não tinham o livre curso que antes possuíam, porque suas condicionantes e exigências passaram a ser contestadas, o dólar viria a sofrer desvalorização perante algumas outras moedas e a Europa dava sinais de cansaço de sua relação subordinada aos Estados Unidos, destacando-se a França nesse movimento (RICUPERO, 2010).

Um bom inventário dessa ocupação econômica dos Estados Unidos na Europa e um sinal de seu incômodo foi o livro e o sucesso do livro de Schreiber, O desafio americano (SCHREIBER, 1968). Ali, o jornalista francês expõe a extensão e profundidade da presença das empresas estadunidenses no mercado francês e o que isso despertava de nacionalismo, na época popularizado pela figura hilária de Asterix, o Gaulês.

A ordem liberal, estabelecida por esse esboço de governança global, vivendo assim, acidentadamente, em meio às suas contradições, foi gradualmente dando lugar à *guerra fria*, que na verdade assumia feições de *guerras quentes* regionais. Com elas, essa ordem foi se esvaindo, no decorrer dos anos, com os EUA recorrendo cada vez mais às formas não-consensuadas, frequentemente violentas, de resolver seus contenciosos internacionais. Em paralelo, manteve o uso também frequente da chantagem econômica, quando o FMI e o Banco Mundial se prestaram bem a esse papel.

Esse pode ser o primeiro capítulo de dois episódios de oportunismo histórico e sua insustentabilidade. O segundo deles se dá com a *debacle* da URSS, em 1991. Tratava-se de uma nova vitória dos EUA, agora na *guerra fria* e contra seu opositor no pós-segunda guerra. Um contexto em muito parecido com aquele deixado em 1944/5.

Supondo-se encerrada a *guerra fria*, com a vitória da contrarrevolução na URSS, em 1991, parecia reinstaurar-se a hegemonia dos EUA. A confiança nesse processo reinstaurado fez com que a ONU fosse mobilizada para expandir a governança global que organiza a ordem liberal, com a criação da *Comissão sobre governança global*, instalada em 1992, ainda sob a euforia da queda do Estado soviético.

A Comissão se dedica a sugerir e estimular novas iniciativas de cooperação

internacional destinadas a administrar politicamente questões econômicas, sociais, ambientais e de segurança internacional pós-guerra fria. Além disto, a Comissão procura conceituar, fundamentar e definir a governança global, ampliando seu espectro de atores, quando incluiu entre eles agentes não-estatais, legitimando o *lobby* das grandes corporações (ONU, 1996).

Mas as contradições do modo de produção levaram, como antes, a lutas de classes e intraclasse, nos Estados nacionais, repercutindo sobre as relações internacionais. No que toca os EUA, principalmente, significou novamente o recurso às invasões e aos golpes (LOPEZ, 2020; PRASHAD, 2024).

Mas também foi assim, ainda por força das contradições, que a ordem liberal e a governança que lhe corresponde foi se transformando, mesmo com sobressaltos e incertezas, em multilateralismo e a seguir em multipolaridade, com a emergência da China e de outras potências médias, como a Índia e a Rússia, além dos novos blocos regionais de nações (WADE, 2011; FONSECA JR., PATRIOTA, MILANI e PEREIRA, 2022; GOES, 2025).

É nesse cenário que, ironicamente, sob inspiração da citada Comissão sobre a governança global e refletindo a crise do capital e sua dialética, a ONU anuncia, em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ODM. A lista de 8 pontos (ODM) poderia muito bem ser subscrita pelo Partido dos Trabalhadores, PT, ou pelo Partido Socialista, PS, francês ou ainda pelo Partido Socialista dos Operários Espanhóis, PSOE. Ousaria dizer que poderia ser subscrita por outros coletivos mais radicais. Ainda que não seja uma revolução, seria uma reforma avançada.²

3. A China como problema

É a China um vetor especial desse processo e seu protagonismo talvez seja o problema principal da ordem liberal/governança global, na atualidade. A

² Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) são: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna, reduzindo a mortalidade materna em três quartos; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento, promovendo um sistema comercial e financeiro aberto, lidar com a dívida dos países e aumentar a ajuda ao desenvolvimento. Esse último objetivo é especialmente estratégico para o desenrolar da governança global, conforme se seguiu.

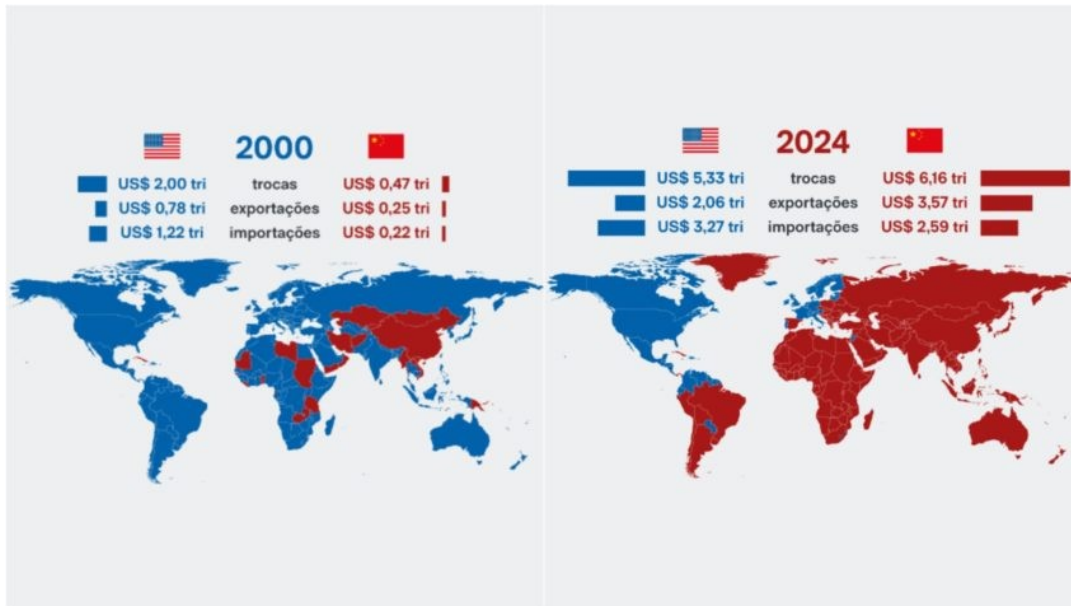
segunda revolução chinesa adotou a Nova Economia Política, NEP, como estratégia de política econômica (LOSURDO, 2000; KENNY, 2008). Apesar de Medeiros (1999) circunscrever a NEP chinesa à economia campesina e rural, a fórmula de Deng Xiaoping, “um país, dois sistemas”, e o trocadilho cheio de sugestões do “socialismo de mercado”, em contraposição ao “capitalismo de Estado” - ainda que tudo se pareça muito com essa última modalidade - é um indicativo de que se trata de uma estratégia mais ampla. Nas palavras do marxista italiano, Domênico Losurdo, “the social order that in China is currently considered valid presents itself as a kind of gigantic and expanded New Economic Policy, NEP” (LOSURDO, 2000, p. 498).

Mas, na mesma passagem, o filósofo acrescenta que “this is a NEP that has become harder to achieve because of globalization and power relationships worldwide” (LOSURDO, 2000, p.2). Uma apreciação correta, porém realizada entre 1998 e 1999, quando seu texto veio à luz sob o título *Fuga dalla storia? Il movimento comunista tra autocritica e autofobia*, publicado em Nápoles, pela Edizioni La Città del Sole. Portanto, ele ainda não tinha visto a extraordinária virada chinesa do século XXI.

Essa virada se verifica a partir dos anos 2000, quando a China já está sob a pressão dos EUA, em face do contencioso com a ilha de Formosa, hoje Taiwan, que se transformou em protetorado informal dos estadunidenses.

A Figura 2 ilustra esse processo. São dois mapas, um de 2000 e outro de 2024, demonstrando, em vermelho, como condiz, a expansão chinesa, pelo mundo. Entre 2000 e 2024, a China fez crescer as suas atividades no comércio e serviços internacionais – mercadorias, mas não só, seus capitais também – de modo a rivalizar nessa disputa com os EUA. Como podemos ver, em 2024, os números que eram adversos à China em 2000 tornaram-se favoráveis. Para sermos mais precisos, se em 2000 os resultados eram distantes, entre o desempenho dos Estados Unidos e o desempenho da China, em 2024 a China ultrapassa os Estados Unidos. Em termos absolutos, restou uma pequena superioridade estadunidense nas importações. Mas em termos de expansão, também no volume de importações, comparando-se 2024 a 2020, os chineses, tiveram resultado superior.

Figura 2 - EUA CHINA MOVIMENTO EXP IMP – 2000/2024

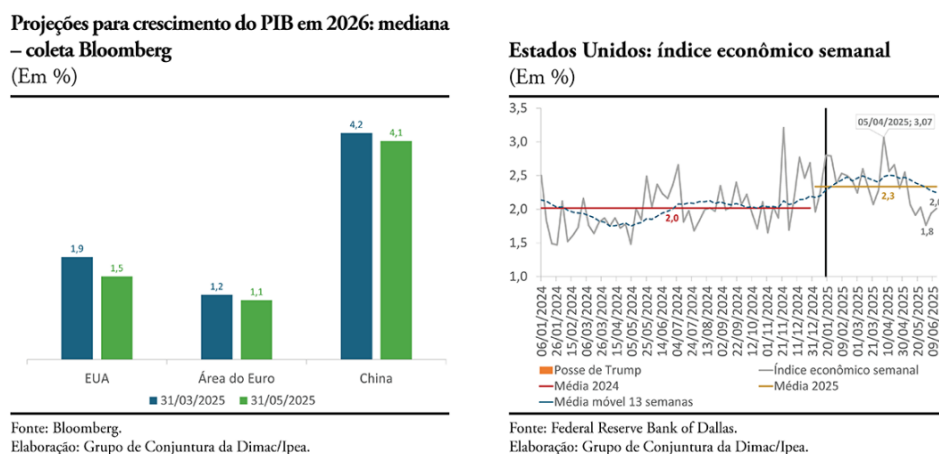


Fonte dos dados: BBC News BBC (<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/14/como-duas-decadas-de-expansao-criaram-o-seculo-da-china.ghtml>)

As projeções que se colocam para 2026 parecem confirmar isso de modo mais evidente, como se pode observar na Figura 3, que segue adiante.

Essa Figura II traz dois gráficos, um deles expondo projeções para 2026, em que se vê a tendência mundial favorável à China; de outro lado, a instabilidade da economia dos EUA, cujos índices são extremamente voláteis.

Figura 3 - CRESCIMENTO GLOBAL – PROJEÇÕES 2026



Aqui se pode ver, nas estatísticas da Blomberg, como o crescimento projetado da China, não importa se antes ou depois dos tarifações mutantes de

Trump, impõe-se sobre os EUA e a Europa. As taxas chinesas em qualquer circunstância estão bem superiores às taxas esperadas de crescimento do PIB das duas regiões.

Isso não seria possível se a China, além da NEP, não tivesse assimilado a estratégia internacional da "coexistência pacífica". Abriu-se uma nova disputa, mais discreta e menos radical, no cenário internacional: China x EUA. Mas, a despeito das provocações recebidas, em particular quanto ao contencioso com Taiwan, a China não cedeu à tentação das armas.

Quando Losurdo avaliava, no comentário que fez em 1999, que a NEP chinesa se tornaria mais difícil de ser implementada devido à globalização e às relações de poder em escala mundial, estava certo, e os chineses perceberam isso. A administração política do Estado chinês, cuidando dessas relações com o mercado e os agentes da ordem liberal, seria tão estratégica quanto estava sendo na ordem interna dos seus negócios.

A China extraiu da experiência soviética todos os ensinamentos possíveis e adotou o que lhe pareceu mais adequado à fase de transição, que Marx e Engels chamaram de *ditadura do proletariado*, e a China denominou de *socialismo de mercado* – mercado econômico sob controle político - como explica o mesmo Losurdo, em seu texto *Luta de classes* (2015). Ou como disse antes, "a kind of gigantic and expanded New Economic Policy (NEP)" - "uma espécie de Nova Política Econômica (NEP) gigantesca e ampliada"³. Controle absoluto do mercado financeiro, bancos e moedas estatizados; controle sobre a corrente tecnológica; controle sobre os contratos; controle sobre o mercado; e coexistência pacífica, ao estilo Krushev, sem guerra e sem apoio a revoluções nacionais.

A coexistência pacífica, como se pode depreender, é a estratégia de política externa que concebe e investe na possibilidade de convivência dos dois regimes – capitalista e socialista. Tratava-se de uma proposição da URSS, explicitada de modo mais incisivo no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, quando Krushev a anunciou. A proposição consistia em defender e praticar em escala mundial políticas e relações que substituíssem

³ Livre tradução dos autores.

o clima de guerra e a própria guerra fria por um clima de paz, de competição pacífica e até de colaboração entre países dos dois regimes. Sua fundamentação se apoiava na convicção dos valores do socialismo que para Kruschev suplantariam o capitalismo e o derrotariam (KRUSCHEV, 1971).

Essa proposta não era estranha ao cenário soviético. É possível encontrar na história imediatamente anterior passagens que trazem Lênin, Bukharin, o físico Sakharov e, na contramão do senso comum, o próprio Stalin construindo a ideia de coexistência pacífica. Até então se apresentava como uma estratégia de sobrevivência, em face das ameaças intermináveis de agressão à União Soviética, no ambiente de hostilidade mundial, desde 1917 (PETROCCHI, 2018).

A coexistência pacífica é central quando se trata da governança global. Porque a coexistência pacífica é a chave para a validação, evolução e efetivação das conferências, tratados, acordos e principalmente ações que correspondam a essas relações de cooperação entre os povos. Estrategicamente, a coexistência pacífica é igualmente a segunda chave para o desenvolvimento da China. É nesse ambiente que a China se movimenta com desenvoltura. O ambiente da governança global; contraditoriamente, o ambiente da ordem liberal.

É nessa ordem liberal, sempre perturbada pelos conflitos abertos, que a ONU anunciou, em 2015, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ODS.⁴ Os 17 ODS são, como os ODM, igualmente identificados com os valores do progresso e, por que não dizer, do *outro mundo possível*, segundo os termos do Fórum Social Mundial, FSM. Tal qual dissemos dos ODMs, dizemos agora que seus objetivos poderiam, sem constrangimento, ser subscritos por qualquer partido político avançado, socialista, comunista - porque não? – enfim, qualquer coletivo político que entre o fiscalismo, corte de direitos sociais, falsa austeridade e o

⁴ 1. Erradicação da pobreza; 2. Erradicação da fome; 3. Saúde e Bem-Estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água Potável e Saneamento; 7. Energia acessível e limpa; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a Mudança Global do Clima; 14. Vida na Água: conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15. Vida Terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda; 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17. Parcerias e Meios de Implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

desenvolvimentismo e a paz, tenha optado por esses últimos.

A ordem liberal e a governança global que a materializa tem sido o palco onde se desenrola o multilateralismo, a multipolaridade, o ambiente desenvolvimentista, a movimentação dos blocos regionais e o avanço chinês. Tudo pleno de contradições e lutas – mas acontecendo.

Conclusão

Procuramos recuperar a trajetória histórica da ordem liberal, que em três momentos se propuseram a instituir uma governança global capaz de permitir ao projeto do capital exercer a hegemonia mundial – isto é, a liderança moral e intelectual, para além da coerção.

Nos três momentos, pontificam os EUA: na Sociedade das Nações, em 1920, no pós segunda grande guerra, 1944/45, e após a queda da URSS, em 1991.

Em todas essas situações, as contradições do modo de produção capitalista foram minando as pretensões de hegemonia e dando lugar à primazia da coerção, da violência e da guerra.

Processa-se em escala mundial uma disputa em que o imperialismo se divide em iniciativas clássicas, dentre elas o recurso à violência, e iniciativas pacíficas e progressistas, estas últimas se valendo dos acordos, tratados e convenções firmados no âmbito do que se entende como governança global.

No entanto, nesse terreno pacífico, onde predominam as regras e procedimentos convencionados, no plano da disputa internacional, é a China que avança celeremente. Poderíamos acrescentar os blocos regionais, em que países, como o Brasil, aparecem com movimentos que, por exemplo, ameaçam a primazia do dólar e as vantagens da conversibilidade dessa moeda. Outra não é a razão das hostilidades ao Pix e ao próprio Banco Central Brasileiro. Também não é outra a razão do empenho dos EUA nas eleições e disputas políticas da América Latina, como das tensões crescentes com o Brasil, nesse crucial ano de 2026.

As condições ditadas pela governança global e seus agentes, como a ONU, a Corte Internacional de Justiça, a OIT, a OMS, a UNESCO, a OMC são frequentemente desrespeitadas e contestadas pelos EUA, não apenas por Trump. Acima do desrespeito à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e à

comissão de inspeção da ONU (UNMOVIC), em 2003, por exemplo, Nixon desconsiderou o próprio Conselho de Segurança da ONU, realizando a invasão do Iraque.

Mas, sem dúvida, é para Trump que se coloca de modo mais claro e ideologicamente mais grave a necessidade de desmontar a governança global e seu aparelho, aquilo que os EUA ajudaram a criar, lideraram e desenvolveram – para servi-los - mas que hoje se constitui em terreno fora do seu controle. Não é à toa que Trump, em 2025, decide pela saída dos EUA de dezenas de instâncias da ONU, dentre eles o Conselho Econômico e Social, Ecosoc, a ONU Mulheres, o Fundo para Democracia e Universidade, a UNESCO, o Acordo de Paris e a OMS, para citar os principais. Não se trata apenas de retirar-se das decisões e de suas consequências, o que já é muito, em se tratando da mais poderosa nação do mundo. Significa também a supressão dos aportes financeiros, que, no caso da OMS, representam algo em torno de 1/5 do seu orçamento.

Opera-se em plano global um processo de desmonte das instituições internacionais ou, ainda que não se viabilize isso a curto prazo, verifica-se o esvaziamento de protagonismo e de condições financeiras desses órgãos. Em rigor, pode-se falar de um esvaziamento da própria ONU, cuja impotência diante dos últimos acontecimentos mundiais é chocante.

Nesse sentido é que se diz *a ordem liberal está morta!*

Entretanto, a governança e a ordem liberal, como se apresentam, continuam a ser reivindicadas pelas conferências globais e pelos governos nacionais, em encontros de chefes de Estado e eventos públicos, no cenário internacional. Apesar das limitações do multilateralismo e da multipolaridade, contestados, por alguns, até quanto a sua efetiva existência, eles parecem representar interesses dos grupos econômicos e setores políticos que travam suas lutas no palco dos Estados nacionais e as projetam globalmente.

O capital perdeu seu centro de gravidade territorial para ganhar o mercado e se internacionalizar, como previa Marx. Essa condição, que vem evoluindo com grande rapidez, a partir dos avanços tecnológicos, oferece oportunidades que já não se subordinam aos interesses de projetos que estreitem a movimentação e circulação de mercadorias e do dinheiro.

Do ponto de vista do capital, a desobstrução das fronteiras e a

“desregulamentação” da vida social e do trabalho – na verdade uma “reregulamentação” a seu favor – são tudo que quer o patronato, desde o século XVII – *laissez faire, laissez-passé*. Nunca isso foi tão verdade quanto nos tempos atuais, dada a virtualização dos mercados. Não é pouco o que está em curso com a generalização das CBDCs (*Central Bank Digital Currency*), quando mais de uma dezena de países já as tem e centenas as projetam, inclusive o Brasil, com a DREX, a moeda digital do Banco Central.

De outra parte, do outro lado do polo de classes, também interessa aos trabalhadores que essa governança global e sua ordem liberal se mantenha, assim como está posta – não a que pretendem Trump e a extrema-direita, em todo o mundo. O contrário dessa ordem liberal, e de sua governança precária, é a redução não só dos direitos sociais, mas também dos direitos políticos.

As condições atuais das forças, digamos, progressistas, aquelas que rejeitam o discurso ideológico da austeridade e querem o desenvolvimento econômico e social, não são tais que possamos dispensar as liberdades da democracia liberal. Essas forças hoje se encontram, em grande parte do mundo, inclusive entre nós, brasileiros, fragilizadas e principalmente sem projeto e sem sujeito político que se apresente com alguma musculatura popular.

É com essa avaliação que dizemos *viva a ordem liberal!*

Até porque, quando olhamos a agenda que a ONU pôs na mesa, com os ODMs e os ODSs, temos uma plataforma avançada, que revela o grau de contradição a que se chegou, na ordem liberal, e o espaço político existente para fazer avançar transformações.

Atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, garantir a sustentabilidade ambiental, três, dentre oito objetivos do milênio, significam processos de mudança a favor da vida e contrariedades para setores da classe dominante. Assim também pode-se dizer da erradicação da pobreza e da fome, da promoção da saúde e do bem-Estar, do trabalho decente e da redução das desigualdades, que aparecem entre os dezessete objetivos do desenvolvimento sustentável, previstos para se realizarem até 2030.

Trabalho decente e redução das desigualdades, por exemplo, colocariam

em movimento, em luta, um projeto transformador contra a profunda exploração do trabalho, essencial na atual administração política do capital para recuperar suas melhores taxas de lucro. Nessa luta estariam milhões de trabalhadores, hoje submetidos à precarização e insegurança, em todos os sentidos dessas palavras.

Um projeto político transformador e sujeitos coletivos atuantes na sociedade civil, que coloquem o trabalhador como referência, poderão, no espaço e tempo da ordem liberal, superá-la e oferecerem uma nova ordem. Uma ordem em que as prioridades sejam não só os objetivos da ONU, mas os objetivos da emancipação humana.

Nessa ordem liberal, que sobrevive, isso é possível.

Referências bibliográficas

Agência Brasil. Proibido de ir aos EUA, Abbas pede apoio da ONU para Estado Palestino em 25.09.2025. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-09/abbas-pede-apoio-da-onu-para-estado-palestino> Acesso em 10.04.2026.

BUKHÁRIN, Nicolai. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CNN Brasil. Restrição de vistos americanos ao Brasil é “preocupante”, diz ONU, em 15.09.25. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/restricao-de-vistos-americanos-ao-brasil-e-preocupante-diz-onu/> Acesso em 10.04.26.

DOMINGUEZ, Juan M. Cronologia das invasões norte-americanas no mundo. Brasil247, 8 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.brasil247.com/blog/cronologia-das-invasoes-norte-americanas-no-mundo> Acesso em 5 de abril de 2026.

ENGELS, Fredric. Anti-Dühring ou a subversão da ciência pelo sr. Eugenio Dühring. Lisboa: Edições Afrodite, 1971.

FONSECA JR., Gelson; PATRIOTA, Antonio; MILANI, Carlos; PEREIRA, Lia. Multilateralismo e Multipolaridade. Rio de Janeiro: CEBRI, 2022.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.

GÓES, Guilherme. Multipolaridade, governança global e questões humanitárias. Rev. Bras. Est. Def. v. 10, n. 1, jan./jun. 2023, p. 119–140 DOI: 10.26792/RBED.v10n1.2023.75358

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Ciência da Lógica (excertos). São Paulo: Barcarolla, 2011.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- HOBBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- HOBSON, John A. Estudio del imperialismo. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1981.
- LENIN, Vladimir. I. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. São Paulo: Global Editora, 1979.
- LENIN, Vladimir. Informe del Comité Ejecutivo Central de Toda a Russia y del Consejo de Comissarios del Pueblo sobre la Política Exterior e Interna. Obras Completas, Tomo XXXIV, Ediciones de Cultura Popular. Madrid: AKAL Editor, 1978.
- LÊNIN, Vladimir. O imperialismo: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.
- LOPEZ, Emiliano (org). As veias do sul continuam abertas. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 36 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 =
- MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LOSURDO, Domênico. A luta de classes: uma história política e filosófica. São Paulo : Boitempo, 2015
- LOSURDO, Domenico. Flight from History? The Communist Movement between Self-Criticism and Self-Contempt, *Nature, Society and Thought*, 13, no. 4:457–511, 2000.
- KENNY, Thomas. Lições da NEP soviética para Economia Socialista de Mercado da China Popular. *Nature, Society and Thought*, vol. 20, no. 1, 2007 <https://www.hist-socialismo.com/docs/NEPsovietica-ESMChina.pdf> Tradução portuguesa de www.resistir.info*, revisão e edição por CN, 26.11.2008 <https://www.hist-socialismo.com/docs/NEPsovietica-ESMChina.pdf>
- KEYNES, John Maynard, 1883-1946. As consequências econômicas da paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- KHRUSHCHEV, Nikita. Memórias. RJ, Editora Artenova, vol. 2, 1971.
- MEDEIROS, Carlos A. Economia e política do desenvolvimento recente na China. *Brazil. J. Polit. Econ.* 19 (3) • Jul-Sep 1999 • <https://doi.org/10.1590/0101-31571999-1082>
- ONU. Nossa Comunidade Global. O Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996
- ONU. História da ONU. ONU NEWS, 15 de janeiro de 2019. Disponível em <https://unric.org/pt/historia-da-onu/> Acesso em 20.04.2026.
- RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles De Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível: a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). *Revista Novos Estudos*, n.87, p.35-58, jul. 2010. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-87/#58ddaadaa945c>. Acesso em: 12. Abril.2026.
- PETROCCHI, Renato. A coexistência pacífica: estudos para a história de um conceito internacionalista. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.

24, n. 3, p. 604-636. setembro/dezembro, 2018.

PRASHAD, Vijay. Balas de Washington – uma história da CIA, golpes e assassinatos. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

SANTOS, Reginaldo; Ribeiro, Elizabeth; Silva Santos, Thiago. Bases teórico-metodológicas da administração política. RAP — Rio de Janeiro 43(4):919-41, jul./ago. 2009.

SCHREIBER, Jean-Jacques Servan. O desafio americano. Rio de Janeiro: Editora Expressão e cultura, 1968.

U.S. BUREAU OF CENSUS. Historical statistics of the United States. Colonial times to 1957.

Washington D.C., Government Printing Office. 1960.

WADE, ROBERT H. Emergin World Order? From multipolarity to multilateralism in the G20, the World Bank, and the IMF. IN: Politics & Society, v. 39, n. 3, 2011, p. 347-377.

<http://dx.doi.org/10.1177/0032329211415503>